



**MANROLAND DO BRASIL SERVIÇOS LTDA.**

CNPJ/MF No. 10.825.907/0001-43

NIRE No 35.2.2326415.5

180  
JUCESP - Santo André

**9ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados:

(a) **manroland sheetfed GmbH**, sociedade organizada e existente sob as leis da República Federal da Alemanha, com sede em 63075 Offenbach am Main, Muhlheimer Strasse 341, Alemanha, inscrita no CNPJ/MF sob nº 16.871.065/0001-42, neste ato representada por seu bastante procurador **PAULO SERGIO RAIMUNDO**, brasileiro, casado, gerente de serviço, portador da Cédula de Identidade RG 16.221.497 SSP/SP, inscrito CPF/MF sob o nº. 093.473.098-93, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Mamengás, nº. 142, Jardim Ibitirama, CEP: 03153-060; e

(b) **manroland sheetfed Deutschland GmbH**, sociedade de responsabilidade limitada constituída sob as leis da Alemanha, registrada no Registro Comercial B do Tribunal de Offenbach am Main HRB 47244, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 21.096.186/0001-02, com sede em Muhlheimer Strasse 341, Offenbach am Mai, CEP 63075, Alemanha, neste ato representada por seu bastante procurador **PAULO SERGIO RAIMUNDO**, acima qualificado.

Únicas sócias da sociedade empresária limitada denominada **MANROLAND DO BRASIL SERVIÇOS LTDA.**, com sede na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua das Figueiras, nº 474, conjuntos 33/34, Bairro Jardim, CEP 09080-370, inscrita no CNPJ/MF

sob nº 10.825.907/0001-43, NIRE 35.2.2326415.5, com seu Contrato Social e última Alteração Contratual devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº. 439.427/17-4 em sessão de 27/09/2017, ("Sociedade"), têm entre si, justo e acordado, alterar o referido Contrato Social da Sociedade, procedendo da seguinte forma:

1. Decidem as sócias alterar o endereço da sede da empresa para a Rua das Figueiras, nº 474, conjunto 32, Bairro Jardim, CEP 09080-300, Município de Santo André, Estado de São Paulo.

2. Em vista da deliberação acima, neste ato, o Artigo 2º passa a ser lido com a seguinte redação:

**"Artigo 2º.** - A Sociedade tem sede na Rua das Figueiras, nº. 474, conjunto 32, Bairro Jardim, CEP 09080-370, Município de Santo André, Estado de São Paulo.

3. Por fim, resolvem as sócias adequar a descrição do objeto social ao seu Cartão do CNPJ, sendo certo que, neste documento não consta a informação de que a empresa participa de outras sociedades como sócia ou acionista, sendo assim, o Artigo 3º a partir deste momento, deve ser lido com a seguinte redação:

**"Artigo 3º.** – A sociedade tem por objeto:

(i) a representação comercial no Brasil, comercialização, importação e exportação de produtos, equipamentos, peças e suprimentos para a indústria gráfica, sejam fabricados pela manroland Sheetfed Manufacturing GmbH ou como por quaisquer outros fabricantes;



*(ii) a prestação de serviços relativos a equipamentos ligados à indústria de impressão e à indústria gráfica, incluindo, mas não se limitando a: assistência técnica, serviços administrativos e treinamento."*

4. Em decorrência das alterações acima deliberadas e outras que pretende introduzir, resolvem as sócias consolidar o texto do Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**CONTRATO SOCIAL DA  
MANROLAND DO BRASIL SERVIÇOS LTDA.**

CNPJ n. 10.825.907/0001-43

NIRE 35.201.148.721

**DENOMINAÇÃO E SEDE**

**Artigo 1º.** - A sociedade limitada adota a denominação social de **MANROLAND DO BRASIL SERVIÇOS LTDA.**, e adota o nome fantasia de "**MANROLAND DO BRASIL SERVIÇOS LTDA.**".

**Artigo 2º.** - A Sociedade tem sede na Rua das Figueiras, nº. 474, conjunto 32, Bairro Jardim, CEP 09080-300, Município de Santo André, Estado de São Paulo.

**Parágrafo Único.** - A Sociedade poderá abrir e fechar filiais, estabelecimentos e escritórios em qualquer outra localidade do território nacional mediante deliberação de sócios representando a maioria do capital social.



## **OBJETO SOCIAL**

**Artigo 3º.** – A sociedade tem por objeto:

- (i) a representação comercial no Brasil, comercialização, importação e exportação de produtos, equipamentos, peças e suprimentos para a indústria gráfica, sejam fabricados pela manroland Sheetfed Manufacturing GmbH ou como por quaisquer outros fabricantes;
- (ii) a prestação de serviços relativos a equipamentos ligados à indústria de impressão e à indústria gráfica, incluindo, mas não se limitando a: assistência técnica, serviços administrativos e treinamento.

## **DURAÇÃO**

**Artigo 4º.** – O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

## **CAPITAL SOCIAL**

**Artigo 5º.** - O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$826.501,00 (oitocentos e vinte e seis mil, quinhentos e um reais), dividido em 826.501 (oitocentas e vinte e seis mil, quinhentas e uma) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

- (a) **manroland sheetfed GmbH** detém 826.500 (oitocentas e vinte e seis mil e quinhentas) quotas, no valor total de R\$826.500,00 (oitocentos e vinte e seis mil e quinhentos reais);



- (b) **manroland sheefel Deutschland GmbH** detém 01 (uma) quota, no valor total de R\$1,00 (um real).

**Parágrafo Primeiro.** - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, respondendo todos solidariamente pela integralização do capital social, conforme estabelecido pelo artigo 1.052 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

**Parágrafo Segundo.** - As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas resoluções de sócios, que serão tomadas de acordo com as disposições deste Contrato Social.

## **DELIBERAÇÕES**

**Artigo 6º.** - Os sócios reunir-se-ão quando necessário, mediante convocação escrita de qualquer deles, via fac-símile, carta registrada, telegrama ou qualquer outra forma escrita, com 30 (trinta) dias de antecedência, especificando o dia e a hora da reunião, bem como a ordem do dia. As reuniões realizar-se-ão sempre na sede da Sociedade e as deliberações a serem votadas limitar-se-ão à ordem do dia, a menos que todos os sócios acordem diferentemente. Das reuniões se fará ata, devendo as deliberações serem aprovadas por sócios representando a maioria do capital social se outro quórum não estiver estipulado em lei ou neste Contrato Social. Para que as reuniões possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença de sócios que representem, no mínimo, a maioria do capital social.

**Parágrafo Primeiro.** - Qualquer sócio poderá ser representado por procurador, sendo então considerado presente à reunião. Da mesma forma, serão considerados presentes se derem seu voto por fac-símile, telex, telegrama qualquer outra forma escrita.



**Parágrafo Segundo.** - As reuniões serão presididas pelo sócio que for escolhido pela maioria dos presentes. Caberá ao Presidente da reunião a escolha do Secretário.

**Parágrafo Terceiro.** - As convocações para as reuniões de sócios poderão ser dispensadas, se estiverem presentes sócios representando a totalidade do capital social.

**Parágrafo Quarto.** - A realização da reunião poderá ser dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, (através de fac-símile, telefax ou email) sobre a matéria que seria objeto da mesma. As atas de reuniões de sócios que devem produzir efeitos perante terceiros, devem, por escrito, serem registradas de acordo com a lei.

## **ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 7º.** - A sociedade será administrada por um Administrador que adotará o título de Diretor Presidente.

**Artigo 8º.** - O Diretor Presidente, sócio ou não, deve ser pessoa física, residente no País, designado e/ou destituído por sócios representando 2/3 (dois terços) do capital social. A remuneração mensal do Diretor Presidente será fixada por resolução dos sócios e levada à conta de despesas gerais da Sociedade.

**Parágrafo Primeiro.** - Fica nomeado para o cargo de administrador, com o título de Diretor Presidente, o Sr. **PAULO SERGIO RAIMUNDO**, brasileiro, casado, gerente de serviço, portador da Cédula de Identidade RG 16.221.497 SSP/SP, inscrito CPF/MF sob o nº. 093.473.098-93, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Mamengás, nº. 142, Jardim Ibitirama, CEP: 03153-060.



**Parágrafo Segundo.** - O administrador ora designado declara, para os devidos fins e sob as penas da lei, que não se encontra impedido de exercer a administração de sociedades, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade (artigo 1.011, parágrafo 1º, CC/2002).

**Artigo 9º.** - Ao Diretor Presidente ou a procuradores (observadas às disposições no parágrafo primeiro abaixo), caberá a prática dos atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade, com exceção daqueles indicados no artigo 10º deste Contrato Social. Referidos poderes incluem, mas não se limitam a, entre outros, os seguintes:

(a) representar a sociedade em Juízo e fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer órgãos, inclusive quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais e municipais;

(b) administrar, orientar e dirigir os negócios sociais, inclusive comprar, vender, permutar ou de qualquer forma adquirir, dispor ou construir quaisquer espécies de gravames sobre bens móveis da Sociedade, e assim o fazendo, determinando -lhes os respectivos termos, preços e condições respeitados e cumpridos os limites do artigo 10º deste Contrato Social; e

(c) assinar todos e quaisquer documentos, mesmo os que importem em responsabilidade ou obrigação para a Sociedade, inclusive acordos, contratos, escrituras,



títulos de dívidas, cheques, ordens de pagamento, duplicatas, procurações e outros, respeitados e cumpridos os limites do artigo 10º deste Contrato Social.

**Parágrafo Único.** - As procurações outorgadas pela Sociedade no curso ordinário dos negócios sociais, seja por instrumento público ou particular, deverão ser assinadas sempre pelo Diretor Presidente, devendo mencionar expressamente os poderes conferidos, e com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade determinado, o qual não deverá exceder a um ano contando da data da respectiva outorga.

**Artigo 10º.** - As seguintes matérias, dentre outras previstas na legislação, deverão ser expressamente aprovadas, por escrito, por sócios representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social:

(i) celebração, alteração, modificação ou rescisão de qualquer contrato, acordo ou entendimento de qualquer natureza que envolva o pagamento, ou acarrete ou implique na assunção de obrigações ou dívidas, ou empréstimos em dinheiro, que exceda ao equivalente em reais a US\$100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos), em uma única transação ou em uma série delas;

(ii) a celebração, alteração, modificação ou rescisão de qualquer contrato, acordo ou entendimento de qualquer natureza que envolva a aquisição, locação, alienação ou disposição de ativos ou bens de qualquer tipo, que exceda ao equivalente em reais a US\$100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos) em uma única transação ou em uma série delas;

(iii) a outorga de qualquer garantia real, ônus ou de quaisquer outros gravames sobre quaisquer ativos da Sociedade;

- (iv) a outorga de qualquer garantia ou série de garantias pela Sociedade;
- (v) a contratação ou dispensa de qualquer empregado, administrador, diretor, contador independente, advogado e/ou consultor, cuja remuneração anual seja superior ao equivalente em reais a US\$100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos), em uma única transação ou em uma série delas;
- (vi) a celebração de qualquer contrato, acordo ou entendimento de qualquer natureza que envolva a licença ou sublicença relativa à aquisição ou transferência tecnológica, assistência técnica, uso de marcas e patentes, ou qualquer outro direito de propriedade intelectual e/ou industrial;
- (vii) a transformação da Sociedade em sociedade anônima ou em qualquer outro tipo societário;
- (viii) qualquer alteração ao presente Contrato Social;
- (ix) a incorporação, fusão, cisão, parcial ou total, a dissolução ou liquidação da Sociedade; e,
- (x) a autorização de pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial.

**Artigo 11º.** - Os atos de qualquer sócio, diretor, gerente, administrador, funcionário ou procurador da sociedade, que a envolver em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fiança, avais, endossos, ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, bem como quaisquer atos em violação



aos artigos 9º e 10º deste Contrato Social, são expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade.

### **CESSÃO DE QUOTAS**

**Artigo 12º.** - Nenhum sócio poderá ceder ou transferir qualquer de suas quotas aos demais sócios ou a terceiros sem o prévio consentimento, por escrito, de sócios representando a maioria do capital social.

### **EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Artigo 13º.** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano civil. Ao fim de cada exercício, e correspondente ao mesmo, a Sociedade colocará à disposição dos sócios a prestação de contas da administração, levantará o Balanço Patrimonial da Sociedade e o balanço de demonstração de resultados, que deverão ser aprovados pelos sócios, nos termos do artigo 6º, acima e apresentados perante as respectivas autoridades.

**Artigo 14º.** - Os lucros líquidos obtidos em cada ano fiscal poderão ser: (i) distribuídos proporcionalmente ou desproporcionalmente entre os sócios, (ii) retidos, total ou parcialmente, na conta de juros acumulados ou reservas da sociedade e/ou (iii) capitalizados, de acordo com a aplicação que lhes for determinada pelos sócios em deliberação social. Nenhum dos sócios terá direito a qualquer lucro líquido até que seja adotada deliberação expressa sobre a sua aplicação. Todas as resoluções previstas neste artigo 14 requerem a expressa aprovação, por escrito, de sócios representando a maioria do capital social.



**Parágrafo Primeiro.** - A sociedade poderá levantar balanços intermediários, intercalares ou em períodos menores, e, com base nesses balanços, distribuir lucros, observando-se as disposições do "caput" do artigo 14 acima.

**Parágrafo Segundo.** - A sociedade poderá pagar ou creditar juros aos sócios, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do Patrimônio Líquido e limitados à variação "*pro-rata*" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), observando-se as disposições do "caput" do artigo 14 acima.

## **FUSÃO E INCORPORAÇÃO**

**Artigo 15º.** - A sociedade poderá ser fundida ou incorporada, a qualquer tempo, por deliberação de sócio ou sócios titulares de, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social.

## **CISÃO E TRANSFORMAÇÃO**

**Artigo 16º.** - A sociedade poderá ser cindida ou transformada, a qualquer tempo, por deliberação de sócio ou sócios titulares da maioria do capital social.

## **DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO**

**Artigo 17º.** - Em caso de liquidação ou dissolução da Sociedade, o liquidante será indicado por ambos os sócios e poderá ser representado por procurador devidamente constituído.



## **CONSELHO FISCAL**

**Artigo 18º.** - A sociedade não terá conselho fiscal.

## **RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL**

**Artigo 19º.** - A sociedade poderá pedir recuperação judicial ou extrajudicial por deliberação de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social, salvo se houver urgência, caso em que os administradores podem requerer recuperação judicial, com autorização de sócios titulares de mais da metade do capital social.

## **REGÊNCIA**

**Artigo 20º.** - A sociedade será regida pelo disposto neste Contrato Social, bem como pelo estabelecido nos artigos 1.052 a 1.087 da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), aplicando-se, nos casos omissos, exclusiva e supletivamente a Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei das Sociedades por Ações).

## **ALTERAÇÃO DE QUORUM POR LEI SUPERVENIENTE**

**Artigo 21º.** - Os quóruns de deliberação de sócios indicados neste Contrato Social serão automaticamente reduzidos para os mínimos permitidos em lei, mas nunca inferiores à maioria do capital social, no caso de modificação legal que autorize a sua redução.



## **FORO**

**Artigo 21º.** - Para dirimir todas as questões oriundas deste Contrato Social fica desde já eleito o Foro da Cidade de Santo André, Estado de São Paulo com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

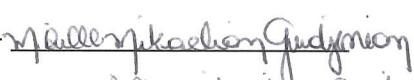


E por estarei assim, justos e contratuados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias,  
de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santo André, 06 de março de 2018.

 <b>manroland sheetfed GmbH</b> P.p. Paulo Sergio Raimundo	 <b>manroland sheetfed Deutschland GmbH</b> P.p. Paulo Sergio Raimundo
---	---

Testemunhas

1 -   
Nome: Michel Mikaelon Gudymion  
RG: 44.197.578-1

2 -   
Nome: Rafael Roberti  
RG: 32.928.387-X



**JUCESP**

X